

DESTAQUES

■ GREVE SANITÁRIA DA
EDUCAÇÃO CONQUISTA
VACINAÇÃO

Pág.3



■ CONHEÇA A HISTÓRIA
DO "PADRE" SERVIDOR DA
SECRETARIA DE SAÚDE

Pág.4



Resistência, Honestidade e Luta

ESTOPIM



Foto: Freepik.com

Edição | JUNHO de 2021 | Nº 414



PELO AMOR DE DEUS,
LIBERA MINHAS FÉRIAS
NÃO AGUENTO MAIS!

FAZ DOIS ANOS QUE
NÃO TIRO FÉRIAS. ISSO
NUNCA ACONTECEU!

ESTOU EXAUSTA!
MINHAS FÉRIAS
FORAM CANCELADAS
EM CIMA DA HORA!

PAULO SERRA, CUMPRO!

PASSADOS 15 MESES DA PANDEMIA DE COVID-19, OS PROFISSIONAIS DA SAÚDE
CONTINUAM PROIBIDOS PELO GOVERNO DE USUFRUIREM DESSE DIREITO

Filiado à **CUT**
SÃO PAULO

Pág.2



EDITORIAL



As negociações da Campanha Salarial 2021 para renovação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) entre o Sindserv Santo André e a Administração Municipal já iniciaram.

Para atualizar a categoria sobre o andamento das rodadas, realizamos, no dia 10 de junho, Assembleia Virtual, que reuniu servidores do Paço, Guarda, SOSP, Semasa, Saúde, Educação, Fabrinq, CRAISA, IPSA, Faisa e aposentados.

Estamos debatendo com a Administração 33 pautas novas, que foram aprovadas em Assembleia Virtual, no dia 30 de março. Também estamos negociando a renovação das pautas antigas e a melhoria em algumas cláusulas sociais.

Sobre a pauta econômica, a Administração Municipal alegou como entrave para concessão de aumento salarial a Lei Complementar 173/2020, de autoria de Bolsonaro/Guedes, que congelou os reajustes/biênios até janeiro de 2022.

No entanto, o Governo nos pediu uma prorrogação para discutir o repasse da reposição inflacionária aos salário, bem como o reajuste aos demais benefícios -- auxílios baba/creche -- que estão congelados desde o ano passado.

O governo nos pediu esse prazo visando uma maior vacinação da população andrense e, com isso, uma melhora na arrecadação do município.

Essa prorrogação para apresentar uma proposta econômica satisfatória foi aprovada por todos servidores em Assembleia. Vamos continuar a negociação com o Governo dos demais itens da pauta de reivindicações, destacando as cláusulas sociais.

Essa luta não será fácil. Por isso, é fundamental que todos estejamos unidos para enfrentar essa conjuntura de ataques aos direitos do funcionalismo. Participem de todas as nossas atividades e assembleias. Juntos Somos Fortes!

Direção do Sindserv Santo André

#FériasÉNossodireito

EXIGIMOS VALORIZAÇÃO, SENHOR PREFEITO!



Foto: Freepick-banco de imagens

Edesumana a maneira como a Prefeitura de Santo André vem tratando os heróis e heroínas da Saúde, que estão na linha de frente no combate à COVID-19 nos postos de saúde e nos hospitais.

Passados 15 meses da pandemia de COVID-19, os profissionais da saúde de Santo André estatutários continuam proibidos pelo Decreto Municipal nº 17.317, de 16 de março de 2020, de usufruírem de suas férias, um direito constitucional.

Uma servidora que trabalha no Centro Médico Hospital (CHM), ouvida pelo Estopim, relatou que muitos trabalhadores morreram de COVID-19, outros estão sequelados pela doença e há muitos casos de afastamentos psiquiátricos. "Eu estou há dois anos sem férias, já solicitei e me negaram. Aos 36 anos, descobri que estou hipertensa, por causa do estresse", desabafou.

Esse grave cenário é constatado por meio de um levantamento

preliminar do Sindserv Santo André que registrou 319 afastamentos de servidores da saúde por problemas graves de esgotamento físico e mental agravados por causa da pandemia.

"Isso é consequência das jornadas exaustivas desses profissionais e tem piorado com a recusa de suas férias. Encaminhamos em fevereiro um requerimento ao Secretário de Saúde, Marcio Chaves, e ao Prefeito Paulo Serra solicitando a liberação imediata das férias para nossos servidores da saúde. Chaves pediu uma lista com os nomes, já enviada, mas até agora nenhuma resposta, isso é uma falta de valorização", disse o Representante Legal do Sindicato, Durval Ludovico Silva.

No documento enviado ao Governo, o Sindicato informa que muitos servidores estão com férias vencidas e alguns casos com mais de uma, duas, três e são esses servidores que estão se dedicando, arriscando as próprias vidas diante da pandemia

de COVID-19 para preservar a vida das famílias andrenenses.

O Sindicato solicitou à Prefeitura que revogue a determinação da suspensão das férias dos profissionais da saúde, faça um planejamento dessa liberação e elabore uma escala de férias dos servidores que já ultrapassaram o período aquisitivo.

Outra proposta é que todos os profissionais da saúde sejam comunicados quanto ao gozo das suas férias.

"Nosso requerimento está embasado em jurisprudências do Supremo Tribunal Federal, no Estatuto dos Servidores públicos e na Lei maior do nosso país que é a Constituição Federal Brasileira", explica Durval.

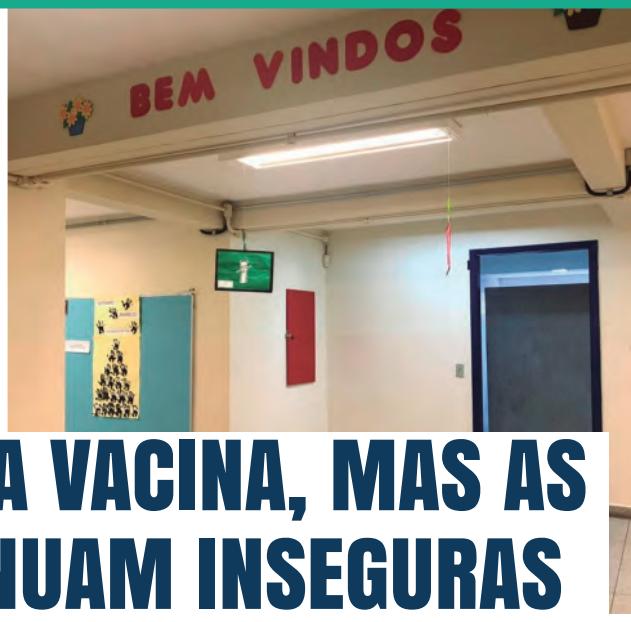
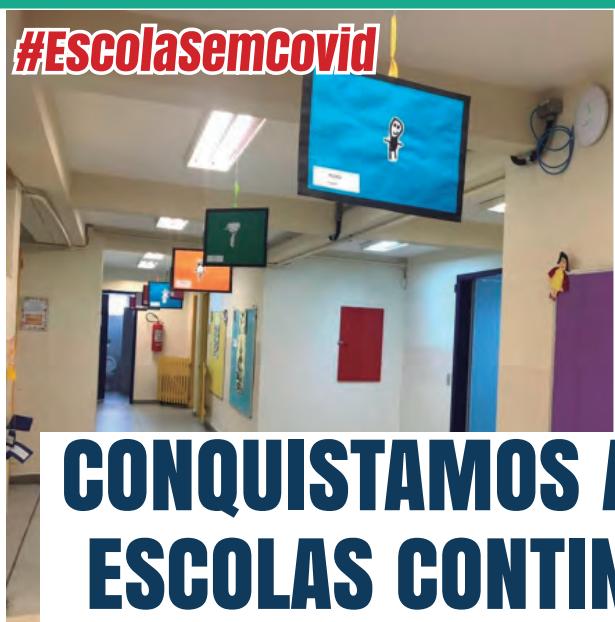
MEDIDAS JUDICIAIS

Diante da inércia do Governo Paulo Serra (PSDB), o Sindserv Santo André adotará as medidas judiciais cabíveis para fazer valer esse direito constitucional dos servidores da saúde.

PAGAMENTO DAS HORAS FOLGAS EM PECÚNIA

Importante destacar que os trabalhadores e trabalhadoras também têm direito às horas folgas realizadas nos anos de 2019 e 2020. Devido à pressão do Sindserv Santo André, o prazo para gozar essas horas folgas foi prorrogado de junho para dezembro. Para

fazer valer o direito desses heróis e heroínas, o Sindicato protocolou pedido à Administração para que essas horas folgas sejam pagas em pecúnia (para os servidores que possuem esse direito). O Sindicato estuda uma ação judicial, caso a Prefeitura não cumpra.



CONQUISTAMOS A VACINA, MAS AS ESCOLAS CONTINUAM INSEGURAS

Desde o dia 24 de maio, quando as aulas presenciais da rede municipal de ensino foram determinadas pela Prefeitura, o Canal de Denúncias da Greve Sanitária da Educação pela Vida do Sindserv Santo André não para de receber reclamações.

O Sindicato está recebendo denúncias de trabalhadores da Educação e até de pais de alunos. No centro das queixas está o medo da comunidade escolar contrair COVID-19 nas escolas e creches. As principais queixas relatam suspeitas e casos de contaminação de professores/funcionários/alunos pelo novo coronavírus.

Levantamento preliminar em 22 unidades escolares denunciadas (17 Emeiefs - Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino

Fundamental, quatro creches e um Centro Público de Formação Profissional Armando Mazzo) mostra 48 casos entre o total de confirmados e suspeitos com COVID-19 entre funcionários, professores e alunos.

Desse total, 22 casos foram confirmados com a doença e subiu para 26 os casos suspeitos, ou seja, os profissionais estão com sintomas, mas ainda dependem de testes para apurar o resultado.

Até o dia 15 de junho, as denúncias contabilizam 13 escolas com casos confirmados e 13 com casos suspeitos. O Sindicato também recebeu denúncias de problemas estruturais em algumas unidades que desrespeitam os protocolos sanitários recomendados para evitar a contaminação pelo vírus.

São os casos da Emeief Professor Nicolau Moraes Barros e da

Creche Professora Yonne Cintra de Souza. (fotos acima) Segundo a denúncia, as janelas são viradas para dentro da escola, as salas são grandes, porém, não há ventilação.

“O banheiro dos professores e a sala da Secretaria também não têm janelas, necessitam de reforma para atender aos protocolos sanitários”, relata o denunciante.

Já a Creche Evangelina Jordão Luppi tem uma estrutura de sobrado e os corredores são estreitos e fechados para a circulação de adultos e crianças.

Na Emeief Demercindo, a unidade é pequena, os corredores estreitos e não houve testagem antecipada dos profissionais e a Prefeitura não forneceu as máscaras.

“Na sala não há distanciamento físico, pois em algumas dá 50cm apenas entre as pessoas; não há rede wifi em todas as salas e muito menos computadores”, relata.

O BRASIL ESTÁ LASCADO!

Estamos vivendo sob um governo marcado por reformas ultraliberais, que segundo seus ideólogos visam retirar o peso do Estado na formulação e oferecimento das políticas públicas.

Isso se traduz, na prática em vários efeitos sobre o serviço público e os servidores, como por exemplo, corte de reajuste, fim de biênios, aumento da precarização, terceirização e demais danos.

O título, como toda ironia do destino, contempla o drama do servidor hoje: Será que já não estamos na bandeira vermelha faz tempo?

A cada dia a inflação corrói o nosso poder de compra, não há políticas de recuperação fiscal, tampouco, políticas para melhor distribuição de renda e o crescimento econômico mais igualitário no nosso país.

É necessário, como sempre, a mobilização dos servidores. De certo, a pandemia de COVID-19 ceifou parte do espaço que sempre foi do nosso povo: as ruas. Nossa tarefa, daqui em diante é ocupar um espaço, já ocupado pelos liberais: as redes sociais.

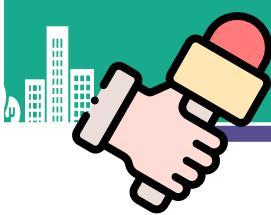
Vamos ocupar, conversar e resistir. Nossa espaço sempre foi o de resistência e daqui em diante, mais do que nunca, precisamos resistir a esse apagão de ideias que norteiam o nosso Brasil.

Professor Rodrigo Gomes é diretor do Sindserv Santo André
E-mail: rodrigo.abreu@yahoo.com.br



Foto: Dino Santos





“Meu avô era um defensor do serviço público, minha inspiração”



Santista e morador de Santo André há 60 anos, o convidado desta edição é o servidor da Saúde e Ex-Representante Legal do Sindserv Santo André, Anderson de Oliveira Alves, mais conhecido como Padre.

Ele ganhou esse apelido carinhoso, antes de ingressar no serviço público, por causa da sua formação como seminarista.

Padre conta que abdicou da carreira de seminarista para cuidar de seus amados pais.

Sua história no serviço público começou em 1986, cuja inspiração vem do seu avô, que foi fun-

cionário público, trabalhou como contínuo das secretarias de Educação e Cultura. Meu avô era um defensor da Prefeitura tinha um orgulho danado. Tenho um irmão que era servidor e se aposentou. Eu estou na rabeira, tenho 60 anos”, disse aos risos. *Leia a seguir:*

ESTOPIM: Conte-nos sua trajetória no serviço público andreense.

Anderson de Oliveira Alves: Ingressei em 1986/87 na gestão do Celso Daniel. Eu era comissionado, posteriormente prestei concurso público e trabalhei

na Secretaria de Administração e hoje estou na Secretaria de Saúde, no departamento de Ação Judicial, que avalia quando os pacientes precisam de medicamentos de alto custo. Eles entram na Justiça solicitando estes remédios específicos que não constam na rede.

ESTOPIM: O senhor foi Representante Legal do Sindicato, como foi essa experiência sindical?

Padre: Estive à frente do Sindicato entre 2007 e 2009, quando me elegeram para a Representação Legal. Sempre defendi um sindicato independentemente de partido. Foi uma fase boa, os servidores gostaram. Foi uma mudança que houve de comportamento de diretoria em todas nossas atividades.

ESTOPIM: Quais foram as conquistas daquela época?

Padre: Foi um momento muito bom, principalmente, na época do Dr. Aidan (que faleceu em 2021 vítima da COVID-19). O diálogo era muito bom. Rea-

lizamos debates com representantes do Governo que aproximou muito o Sindicato e abriu portas, que nos ajudou a resolver muitos problemas da nossa categoria. Outro momento foi contemplar os aposentados que sofriam muito por causa dos precatórios. Fizemos muitas manifestações com os aposentados em frente ao Paço e conquistamos o pagamento desse direito para todos, foram marcantes aquelas lutas.

ESTOPIM: Como o senhor vem acompanhando a nova gestão do Sindicato?

Padre: Admiro muito esse pessoal. O Durval e os diretores estão fazendo um bom trabalho.

ESTOPIM: Quais lições o senhor tira da pandemia de COVID-19?

Padre: Precisamos ser mais criativos, principalmente, na questão da relação humana. A pandemia trouxe uma lição grande com relação à forma de se comunicar virtual e redobrou os cuidados com a saúde de todos nós brasileiros.

Guardas Municipais participam da 2ª fase do Concurso interno



Os diretores do Sindicato e GCMs, Weber e Henrique, prestam apoio aos profissionais, no SESI, em Santo André. Foto: Sindicato



Cerca de 227 Guardas Civis Municipais de Santo André participaram, no dia 5 de junho, da 2ª Etapa do Concurso interno da Corporação. A primeira fase, prova escrita, aconteceu em abril.

Nesta fase, os guardas fizeram prova de aptidão física, que aconteceu na unidade do Sesi (Serviço Social da Indústria), em Santo André. O Sindicato divulgou

faixas em apoio aos profissionais.

A realização desse concurso interno é fruto de uma ação judicial que o Sindserv Santo André ingressou, permitindo a abertura para que os profissionais almejem ascensão da carreira na corporação.

O Concurso Interno da GCM tem cinco fases. O Sindicato deseja boa sorte aos profissionais que estão participando.